

Parecer nº 113/97

Data: 1997.11.19

Processo nº 275

Requerente: Direcção-Geral da Protecção das Culturas.

I. Do pedido

1. Foi recebido na Direcção-Geral da Protecção das Culturas (DGPC) um pedido de relação dos inscritos no registo de agentes económicos dos sectores de batata-semente e de batata de consumo, formulado pela ANAIEF - Associação Portuguesa dos Grossistas de Hortofrutícolas e dos Operadores dos Mercados Abastecedores, com sede em Lisboa.
2. Conforme é referido por esta associação, o pedido apoia-se na necessidade de remeter o boletim informativo "Notícias da ANAIEF" a todos os inscritos no registo daquela direcção-geral, designadamente aos exportadores, importadores e armazenistas de batata-semente e de batata de consumo.
3. Mais solicita a ANAIEF que lhe seja fornecido o número de operador atribuído a cada inscrito, bem como a denominação e endereço das respectivas empresas.
4. Refere a DGPC que o registo de operadores existente obedece ao disposto no artigo 7º da Portaria nº 344/94, de 1 de Junho, para efeitos de inspecção e controlo do cumprimento de medidas fitossanitárias, nomeadamente nos locais de produção e comercialização. Essa inscrição depende, aliás, de os operadores económicos estarem em condições de cumprir as obrigações decorrentes da legislação fitossanitária (Decreto-Lei nº 154/94, de 28 de Maio, e Portaria nº 344/94, supra-referida).

5. Dado que o pedido formulado pela ANAIEF suscitou reservas à DGPC, sobretudo face à finalidade específica do registo para efeitos de inspecção e controlo, esta suscitou a emissão de parecer.

II. Apreciação

6. A Constituição da República consagra no artigo 268º, nº 2, o princípio da administração aberta: “Os cidadãos têm direito de acesso aos arquivos e registo administrativos, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas.”

Tal princípio está igualmente consagrado no Código do Procedimento Administrativo, em que o artigo 65º estabelece que “todas as pessoas têm o direito de acesso aos arquivos e registos administrativos mesmo que não se encontre em curso qualquer procedimento que lhes diga directamente respeito, sem prejuízo do disposto na lei em matérias relativas à segurança interna e externa, à investigação criminal e à intimidade das pessoas” e acrescenta que “o acesso aos arquivos e registos administrativos é regulado em diploma próprio”.

O princípio constitucional e esta previsão legal obtiveram desenvolvimento através da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (Lei do Acesso aos Documentos Administrativos - LADA).

7. Da interpretação da LADA resulta a existência de um direito geral de acesso (de todos) a todos os documentos administrativos. Com as seguintes excepções, fixadas em função da natureza dos documentos ou da informação neles contida ou da sua posição processual:
 - documentos de carácter nominativo [artigo 7º, nº 2, e artigo 4º, nº 1, alíneas *b*) e *c*)]:

- documentos cuja divulgação possa pôr em causa a segurança interna ou externa do Estado, sujeitos a legislação específica (artigo 5º);
 - documentos referentes a matérias em segredo de justiça (artigo 6º);
 - documentos constantes de processos não concluídos ou preparatórios de uma decisão (artigo 7º, nº 5);
 - inquéritos e sindicâncias (artigo 7º, nº 6);
 - documentos notariais e registrais, de identificação civil e criminal e os depositados em arquivos históricos (artigo 7º, nº 7);
 - documentos cuja comunicação ponha em causa segredos comerciais, industriais ou sobre a vida interna das empresas (artigo 10º, nº 1, na redacção dada pela Lei nº 8/95, de 29 de Março);
 - notas pessoais, esboços, apontamentos e outros registos de natureza semelhante e os documentos cuja elaboração não releve da actividade administrativa referidos no nº 2 do artigo 4º.
8. A lei estabelece igualmente normas relativas a informações protegidas pelos direitos de autor e de propriedade industrial (artigo 10º, nº 2) e a documentos em matéria de ambiente (artigo 22º).
9. Face aos termos em que está formulado o pedido, deve referir-se que a lei não estabelece qualquer limitação, no acesso a documentos administrativos, em função da finalidade para que foram elaborados ou por que são detidos pelas entidades administrativas.
10. A ANAIEF pretende aceder ao registo dos agentes económicos do sector da batata-semente e de batata de consumo, visando obter a denominação das empresas e os respectivos endereço e número de operador.

11. Da análise da lei que sucintamente se acolheu acima no ponto 7. e do enquadramento dos elementos remetidos pela Direcção-Geral, não resulta a existência de qualquer obstáculo ao acesso àquelas informações.

III. Conclusão

12. Ao abrigo do disposto no artigo 15º, nº 2, da LADA, a CADA dá parecer favorável ao acesso pela ANAIEF ao referido registo de agentes económicos .

Envie-se às entidades requerida e requerente.

Lisboa, 19 de Novembro de 1997.

João Figueiredo (Relator) - Silva Marques - Narana Coissoró - Francisco de Brito - José Renato Gonçalves - Gameiro dos Santos – Branca do Amaral - João Labescat - Castro Martins (Presidente).